

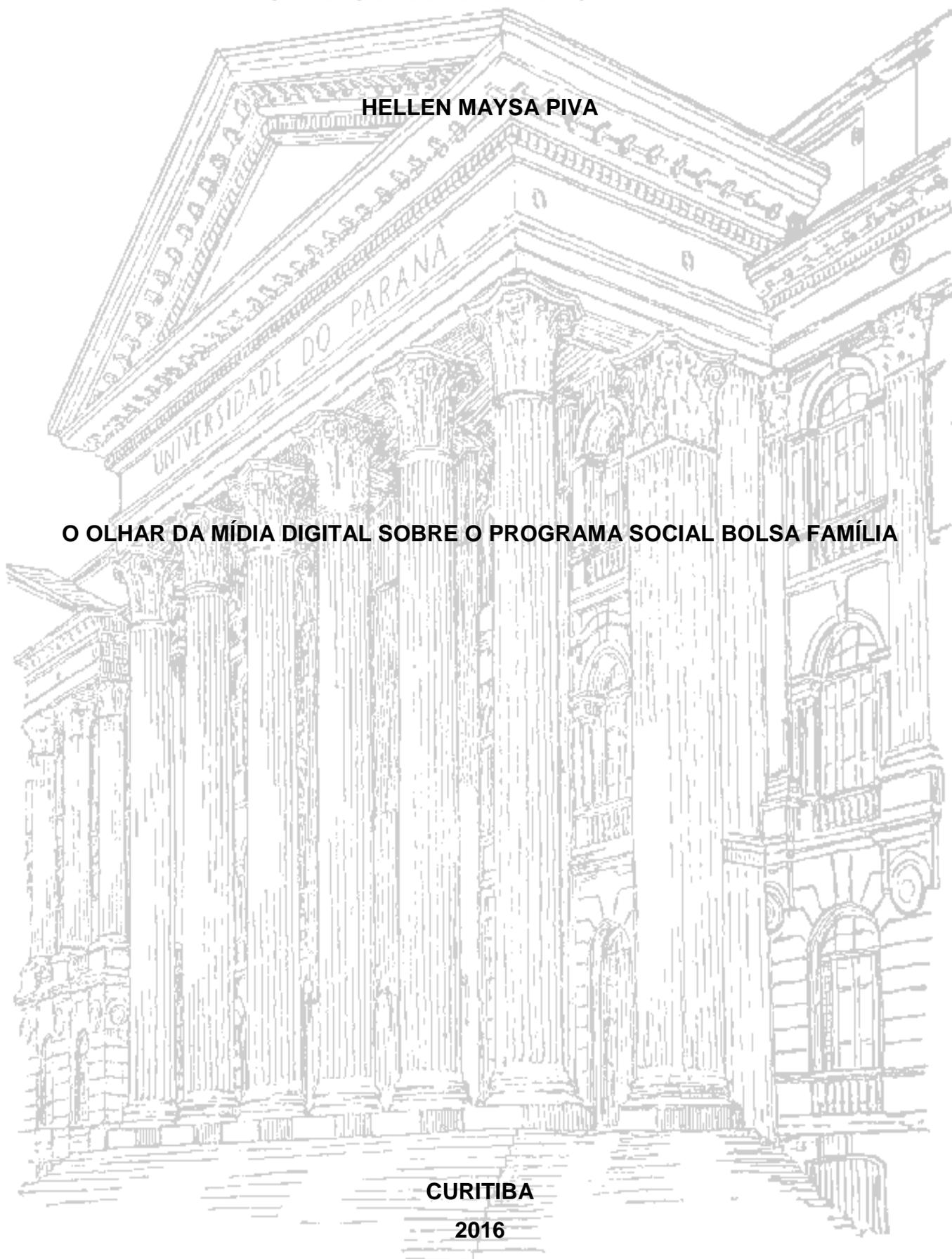
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELLEN MAYSA PIVA

O OLHAR DA MÍDIA DIGITAL SOBRE O PROGRAMA SOCIAL BOLSA FAMÍLIA

CURITIBA

2016



HELLEN MAYSA PIVA

O OLHAR DA MÍDIA DIGITAL SOBRE O PROGRAMA SOCIAL BOLSA FAMÍLIA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. M^a. Amanda Garcia dos Santos

CURITIBA

2016

O olhar da mídia digital sobre o Programa Social Bolsa Família

Hellen Maysa Piva

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a veiculação das informações pela mídia digital Folha de São Paulo sobre o Programa Bolsa Família antes e depois do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, levando-se em conta a situação atual do país, que possuía no poder um Governo de Esquerda diferente do Governo atual, que possui uma visão de direita. Esta pesquisa foi realizada a partir das informações veiculadas pela mídia digital do Jornal Folha de São Paulo, por este ser o veículo de comunicação digital de maior circulação nacional. Para a realização deste trabalho utilizou-se da Pesquisa Bibliográfica visando compreender de maneira mais efetiva o *Programa Bolsa Família* e os contrastes ideológicos entre os pensamentos da *Esquerda e Direita* e Pesquisa Documental, com a análise das notícias do Jornal. Foi escolhido o primeiro mês de mandato de Dilma Rousseff, janeiro de 2011 – primeiro mandato da Dilma, e o primeiro mês de mandato de Michel Temer, setembro de 2016, para verificar como a mídia evidenciou esse programa nesses dois momentos. Para o tratamento dos dados utilizou-se da Análise de Conteúdo com a finalidade de responder aos questionamentos levantados inicialmente. Com este estudo constatou-se a disparidade deste veículo de comunicação ao tratar as notícias sobre o programa Bolsa Família. Primeiramente através da quantidade de notícias de cada período, constatou-se um número superior de reportagens no mandato de Dilma Rousseff em comparação ao de Michel Temer. Na análise dos excertos verificou-se importância desigual dada ao programa nestes dois momentos, confirmada através dos títulos das reportagens e do enfoque dado aos textos.

Palavras-chave: Bolsa Família, Mídia Digital, Programa Social.

1 INTRODUÇÃO

O interesse em estudar esta temática surgiu durante as aulas do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pois durante o decorrer das aulas, os alunos tiveram informações e reflexões sobre o Programa Bolsa Família.

Durante as discussões propostas nas atividades dos Módulos do curso, observou-se com as pesquisas que a mídia exerce influência na opinião da população brasileira, a cerca dos benefícios que a Renda do Programa Bolsa Família ocasiona nas famílias assistidas.

Assim pretende-se apresentar o impacto do impeachment da ex Presidente Dilma Rousseff sobre o Programa Bolsa Família a partir das informações veiculadas pela mídia eletrônica do Jornal Folha de São Paulo. A escolha do Veículo de comunicação Folha de São Paulo, se deu por este ser o maior jornal de circulação Nacional, segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ.

Para essa análise escolheu-se o primeiro mês de mandato da ex Presidente Dilma Rousseff – janeiro de 2011 – seu primeiro mandato. E o primeiro de mandato do Presidente Michael Temer - setembro de 2016, para assim serem feitas as comparações da forma que cada governante expressa ou expressou suas pretensões acerca deste Programa.

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, objetivando-se compreender de maneira mais efetiva o Programa Bolsa Família, por meio de leituras e reflexões e a Pesquisa Documental para analisar as reportagens veiculadas na Folha de São Paulo – Jornal Digital.

Diante do exposto acima, o objetivo deste artigo é avaliar a veiculação das informações pela mídia digital Folha de São Paulo sobre o Programa Bolsa Família antes e depois do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, levando-se em conta a situação atual do país, que possuía no poder um Governo de Esquerda diferente do Governo atual, que possui uma visão de direita.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De forma a apresentar uma sustentação teórica a esta pesquisa, apresenta-se a seguir, o Programa Bolsa Família, seus aspectos e as leis que o regem no contexto nacional.

2.1 O PROGRMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) nasceu de uma “política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais” (CAMPELLO, 2013, p. 17).

Este programa tem a sua coordenação de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome¹ (MDS). O PBF visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Além de ter como objetivo de

contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza (CAMPELLO, 2013, p. 17).

No ano de 2016 o PBF completa 13 anos de existência. Foi criado em 2003, pelo Governo Federal Brasileiro, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PBF foi instituído pela medida provisória nº 132 em outubro de 2003 pelo Governo Federal e em 09 de janeiro de 2004, sancionado pela Lei 10.836.

Esta Lei teve a finalidade de unificar procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206 - 1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio - Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (BRASIL, 2004).

Segundo o MDS o Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele possui três eixos principais de atuação:

¹ Com a entrada do atual governo foi unificado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Fundou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

i) diminuição imediata da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias; ii) reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social, contribuindo para que as famílias rompam com o ciclo da pobreza entre gerações; iii) integração com outras ações e programas do governo (nas três esferas) e da sociedade, apoiando as famílias a superarem a situação de vulnerabilidade e pobreza (CAMPELLO; 2013, p 109).

As famílias recebem um benefício em dinheiro, para garantir o alívio imediato da pobreza. Para ter direito a ingressar neste programa as famílias se comprometem a cumprir algumas condicionalidades. O objetivo é reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Sendo estas, manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde. Estas condições, não tem uma intenção punitiva, mas sim de garantia de seus direitos.

Para a seleção dos beneficiários aptos a receber o auxílio, o Governo Federal por meio dos municípios utiliza-se do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Sendo este “um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população.” (CAMPELLO, 2013. p. 31). Ele é uma ponte que facilita o acesso das famílias cadastradas a políticas públicas que melhorem suas condições de vida (AMARAL, 2010). “Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras”. (CAMPELLO, 2013. p. 31).

Segundo o MDS, a partir de 2013, o Cadastro Único é o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sua utilização é obrigatória na concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família. Ele se tornou uma porta de entrada para as famílias terem acesso às políticas públicas, pois também pode ser usado por Estados e Municípios para a seleção dos beneficiários aos programas que ofertam.

O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. O MDS também explica que a sua execução é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o MDS é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único.

2.1.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ATUALIDADE

De acordo com o *site*² da CEF, atualmente o PBF atende mais de 13,9 milhões de famílias em todo Brasil. É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

E para que a família se candidate ao Programa, esta deve estar inscrita no Cadastro Único, e estar com seus dados atualizados a menos de dois anos.

2.2 OS PRESIDENTES DILMA RUSSEFF E MICHEL TEMER E SUAS IDEOLOGIAS: ESQUERDA - DIREITA.

Com a intenção de demonstrar as diferenças ideológicas entre as ex Presidente Dilma Vana Rousseff (Dilma Rousseff), filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), e o atual Presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer), filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), procurei entender as distinções entre Direita e Esquerda, baseado em Bobbio (1995), com o intuito de compreender a condução do PBF, por cada um desses dois representantes.

Direita e Esquerda são termos antitéticos, ou seja, tem sentido oposto, e designam o contraste entre ideologias do pensamento e das ações políticas, “nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda” (BOBBIO, 1995, p.31). Desta forma, consideremos a oposição de Dilma Rousseff de base ideológica de Esquerda, e Michel Temer, tendo como base

² Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>.

ideológica os princípios de Direita, para análise neste trabalho. Esta afirmação expressa a opinião da autora deste artigo.

Para distinguir a Direita da Esquerda, adota-se o critério de observar as diversas posturas que os homens organizados em sociedade assumem diante dos ideais de igualdade. Para que se entenda o conceito de igualdade faz-se necessário considerar ao menos três variáveis, sendo estas: Os sujeitos; os bens e ônus; e os critérios a se repartir algo de forma igualitária, ou seja, entre quem, em relação a que e com base em quais critérios (BOBBIO, 1995).

A esquerda pode se atribuir uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades. Não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e que a segunda é mais inigualitária (BOBBIO, 1995, p. 103).

Ainda “o igualitário parte da convicção de que maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis” (BOBBIO, p 105, 1995), portanto refere-se a igualdade de condições. “O inigualitário, ao contrário parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal inelimináveis” (BOBBIO, p 105, 1995).

Ao discutir os movimentos esquerdistas, Bobbio (1995) salienta uma das conquistas mais importantes, o reconhecimento dos direitos sociais, visto como uma razão igualitária, isto é, direito de todos.

A razão de ser dos direitos sociais, como o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à saúde, é uma razão igualitária. Todos esses direitos objetivam reduzir a desigualdade entre quem tem e quem não tem, ou colocar um número cada vez maior de indivíduos em condições de serem menos desiguais no que diz respeito a indivíduos mais afortunados por nascimento ou condição social (BOBBIO, 1995, p. 108).

Aqui neste ponto, entende-se o Programa Bolsa Família, como sendo um direito social, destinado aos considerados desiguais, para que tenham oportunidades de educação e saúde garantidas.

pretendo simplesmente reafirmar minha tese, de que o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como utopia de uma sociedade em que são todos iguais em tudo, mas como tendência, de um lado a exaltar mais o que faz os homens

iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. (BOBBIO, 1995, p. 110).

Por serem contrapostos, Esquerda e Direita frequentemente indicam contrastes não somente de ideais, mas também de interesses e valores, na área política.

3 METODOLOGIA

Com a intenção de conhecer de maneira mais efetiva o Programa Bolsa Família, foi necessário realizar leituras e reflexões sobre esta temática, desta forma utilizou-se a pesquisa bibliográfica, para a realização desta etapa do trabalho.

Segundo Gil (1994), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. (GIL, 1994, p 50).

Com esta metodologia de pesquisa analisou-se as especificidades do PBF, instituído pela Lei 10.836 de 2004 e conhecer o Decreto nº 3.877 de que trata o Cadastro Único. Esta metodologia possibilitou leituras no *site* do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, assim como na página virtual da Caixa Econômica Federal, que operacionaliza o Programa no país. Além da leitura do livro Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania trazendo histórias de vida de usuários do programa e conceitos sobre a pobreza no Brasil, entro outros Decretos, Leis e Artigos que possibilitaram o entendimento necessário a cerca deste Programa.

Utilizou-se também da pesquisa documental. Este tipo de pesquisa assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a única diferença entre ambas está na natureza das fontes, pois esta se vale de materiais que ainda não sofreram

tratamento analítico (Gil, 1994). Neste caso foram analisadas notícias do Jornal digital Folha de São Paulo nos meses de janeiro de 2011, primeiro mês de mandato da presidente Dilma Rousseff e o mês de setembro de 2016, primeiro mês de mandato do Presidente Michael Temer. A escolha do Veículo de comunicação Folha de São Paulo, jornal digital, se deu por este ser o maior jornal de circulação Nacional, segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ, com uma média de circulação digital de 134.895 no ano de 2014/2015. Foi realizada uma análise documental das reportagens que tratem deste assunto. O acesso se deu pela *internet*, no *site* no jornal.

Para o tratamento dos dados foi utilizada a análise de conteúdo, teorizada pela psicóloga e professora Laurice Bardin. Esta autora relata os passos para a realização da análise proposta por este artigo exposta a seguir.

Com a intenção de averiguar as reportagens, verificou-se todos os Cadernos disponíveis no Jornal Digital Folha de São Paulo de cada dia previsto na pesquisa, mesmo aqueles que num primeiro momento aparentavam não ter relação com o tema pesquisado, utilizando a regra de exaustividade, “não deixando de fora nenhum elemento por esta ou aquela razão”. (BARDIN, 2011. p. 97).

Também utilizou-se a regra da homogeneidade, “os documentos devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade” (BARDIN, 2011. p. 98). Portanto, todos os documentos foram obtidos por técnicas idênticas, para poder realizar a comparação entre eles.

Sendo o Bolsa Família, o principal Programa Social do Brasil na atualidade, percebeu-se que esta temática pode mostrar-se nos textos através de outras terminologias. Sendo assim elencamos palavras-chave encontradas inúmeras vezes nas definições do Programa Bolsa Família, portanto consideradas relevantes na análise das reportagens. As palavras-chave selecionadas foram: Pobreza, Miséria, Combate a fome, Ação Social, Assistência Social, Programas Sociais, Redistribuição de renda e Desigualdade.

Desta forma, acredita-se que a metodologia análise de conteúdo (BARDIN, 2011) pode colaborar para o objetivo desta pesquisa, o de analisar a veiculação das informações pela mídia digital Folha de São Paulo sobre o Programa Bolsa Família antes e depois do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Seguindo as etapas da análise de conteúdo as unidades foram categorizadas em “primeiro mês de mandato da Presidente Dilma Rousseff” e “primeiro mês de mandato do Presidente Michel Temer”. As subunidades emergiram das leituras das reportagens e são descritas no quadro a seguir.

QUADRO 1 – DILMA E TEMER NA FOLHA DE SÃO PAULO DIGITAL

Unidade	Subunidade
Primeiro mês de mandato da Presidente Dilma Rousseff. (Janeiro de 2011).	Dilma toma posse e foca na erradicação da miséria. (D_D1_R1).
	O governo Dilma conseguirá erradicar a pobreza no Brasil? (D_D1_R2).
	Estratégia para o fim da miséria. (D_D1_R3).
	Deus foi brasileiro no governo Lula. (D_D2_R4)
	A fonte do sucesso. (D_D2_R5).
	No Congresso, Dilma diz que irá consolidar. (D_D2_R6).
	Erradicar a miséria. (D_D4_R7).
	Dilma e a banalidade do bem. (D_D4_R8).
	Erradicação da miséria e tecnociência. (D_D6_R9).
	Governo criará ‘PAC’ para combate a miséria. (D_D7_R10).
	Mulher, democracia e desenvolvimento. (D_D9_R11).
	Fazenda sugere que a Dilma que bloqueio chegue a R\$ 50 bi. (D_D14_R12).
	Dilma determina corte que deve atingir investimentos. (D_D15_R13).
	Todas as mulheres da presidente. (D_D16_R14).
	Petistas controlam 60% dos cargos do governo federal. (D_D16_R15).
	Primeiro mês de mandato do Presidente Michel Temer. (Setembro de 2016).
Primeira-dama, Marcela ganha gabinete no Palácio do Planalto. (M_D3_R2).	

	Bolsa Família altera rotina de indígenas na região do Xingu. (M_D4_R3).
--	--

FONTE: o autor (2016).

Apresentam-se também os excertos de cada subunidade, que foram retiradas de cada reportagem que tratava de alguma forma aspectos ligados ao Programa Bolsa Família.

Unidade	Subunidade
<p>Dilma toma posse e foca na erradicação da miséria. (D_D1_R1).</p>	<p>Sucessora de Lula tem como prioridade tirar 18 milhões da pobreza extrema. (D_D1_R1_E1).</p> <p>Dilma Vana Rousseff, 63 torna-se hoje a primeira mulher a ocupar a Presidência da República. Quadragésima presidente do país, sua prioridade já foi definida: lançar um plano nacional de erradicação da pobreza. (D_D1_R1_E2).</p> <p>Sob o carimbo da continuidade, Dilma quer cravar seu próprio selo social, à exemplo do Fome Zero e do Bolsa Família, arrimo de alta aprovação lulista. (D_D1_R1_E3).</p> <p>Ela já marcou reuniões com sete ministérios para discutir um plano que elimine a pobreza extrema em quatro anos, um dos princípios e promessas da campanha petista. (D_D1_R1_E4).</p> <p>A ideia é reunir os programas existentes no governo e lançar novos, como iniciativas específicas de financiamento e capacitação profissional, portas de saída do Bolsa Família. (D_D1_R1_E5).</p> <p>O programa tem o desafio de retirar da miséria 18 milhões de pessoas. (D_D1_R1_E6).</p>
<p>O governo Dilma conseguirá erradicar a pobreza no Brasil? (D_D1_R2).</p>	<p>A pobreza não será erradicada em poucos anos. (D_D1_R2_E1).</p> <p>Ao longo de um decênio, 40% das pessoas caem em algum momento abaixo da linha da pobreza. (D_D1_R2_E2).</p>

	<p>Como pobreza é privação de capacidades básicas, jamais deveria ser medida apenas com estatísticas de insuficiência de renda. (D_D1_R2_E3).</p> <p>“Pobreza como privação de capacidades” (D_D1_R2_E4). Chega a soar como propaganda enganosa u uso desse tosco expediente para dizer que a pobreza está sendo erradicada. (D_D1_R2_E5).</p>
<p>Estratégia para o fim da miséria. (D_D1_R3).</p>	<p>A erradicação da miséria foi anunciada por Dilma Rousseff como prioridade social do seu governo. (D_D1_R3_E1).</p> <p>Famílias rurais sem condições produtivas, populações de rua nas grandes cidades, povos indígenas que perderam as terras, quilombolas carentes de serviços essenciais, idosos desassistidos, essas são apenas algumas das muitas caras da pobreza extrema. (D_D1_R3_E2).</p> <p>O fim da miséria exige respostas as diferentes formas do problema. A tarefa é difícil, mas possível. (D_D1_R3_E3).</p> <p>Assim, o Bolsa Família deve continuar e incorporar os que nele não ingressaram, e o valor transferido deve ser corrigido. (D_D1_R3_E4).</p> <p>Nos dois mandatos do presidente Lula, a principal ação nessa área foi o Bolsa Família. (D_D1_R3_E5).</p>
<p>Deus foi brasileiro no governo Lula. (D_D2_R4)</p>	<p>A abundância de dólares corrigiu as contas externas do país, mas não criou demanda para as empresas. Esta foi sustentada e o crescimento assegurado graças à decisão do governo: o aumento do salário mínimo e as transferências para os pobres. (D_D2_R4_E1).</p> <p>Um governo de centro-esquerda que beneficiou os pobres (reduziu seu número pela metade). (D_D2_R4_E2).</p>
<p>A fonte do sucesso. (D_D2_R5).</p>	<p>Nesse conjunto caótico do PAC, a urbanização de favelas juntou-se a programas como o minha Casa, Minha Vida, o gigantismo do Bolsa Família e vários outros programas sociais e atividades pouco ou nada assistidos. (D_D2_R5_E1).</p>
<p>No Congresso, Dilma diz que irá</p>	<p>A luta mais obstinada de seu governo será pela erradicação da</p>

consolidar. (D_D2_R6).	<p>pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos. (D_D2_R6_E1).</p> <p>Principal promessa da presidente: a erradicação da miséria no país Dilma sinaliza que vai ampliar as políticas sociais do governo Lula. (D_D2_R6_E2).</p>
Erradicar a miséria. (D_D4_R7).	<p>Eliminar a miséria é objetivo ambicioso, que exige do país progressos na economia e nos serviços públicos ainda muito longe de assegurados. (D_D4_R7_E1).</p> <p>A promessa mais marcante do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff foi a de eliminar a miséria no Brasil nos próximos anos. “A luta mais obstinada de meu governo”, disse ela “será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos”. (D_D4_R7_E2).</p> <p>Especialistas divergem não apenas sobre a possibilidade de atingir o objetivo em um ou dois mandatos, mas acerca de aspectos como a própria definição do que seja pobreza no Brasil. (D_D4_R7_E3).</p> <p>Tendo como base os critérios do Bolsa Família, são considerados pobres os indivíduos ou famílias com renda per capita menor que R\$140 ao mês. E são classificados como indigentes os que vivem até R\$ 70 mensais. (D_D4_R7_E4). Trata-se de um patamar muito baixo. Alguns defendem que o limite deveria equivaler a 60% da renda média familiar per capita, o que corresponderia a R\$279 – praticamente o dobro do valor utilizado para o Bolsa Família. (D_D4_R7_E5).</p> <p>Em recente artigo publicado por esta Folha, José Eli da Veiga, professor de economia da Universidade de São Paulo, questionou o uso de linhas de corte como parâmetro para equacionar o problema. A pobreza não deveria ser medida só por estatísticas de insuficiência de renda. Fatores como o acesso a saúde e à educação teriam que ser levados em conta (D_D4_R7_E6).</p> <p>Em seu discurso, a presidente Dilma Rousseff condicionou o triunfo da pobreza à sustentação de um longo ciclo de</p>

	<p>expansão econômica. “É com crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos as desigualdades de renda”, disse. (D_D4_R7_E7).</p> <p>De fato, especialistas consideram que as duas premissas são essenciais – prosseguir com o incremento do mercado de trabalho na velocidade verificada nos últimos anos e ampliar os gastos com o Bolsa Família. (D_D4_R7_E8).</p>
<p>Dilma e a banalidade do bem. (D_D4_R8).</p>	<p>O mais interessante foi a reafirmação do projeto de “erradicação da pobreza extrema”. (D_D4_R8_E1).</p> <p>Um dos traços mais importantes da Carta de 1988 é a fundamentação do Sistema de bem estar à brasileira (INSS, SUS, universalização dos direitos sociais, etc). Por sua vez, tal sistema é um derivado do nosso apreço pelo Estado como da selvagem desigualdade social brasileira. (D_D4_R8_E2).</p> <p>A promessa mais dramática foi a erradicação da miséria. Trata-se de um horror brasileiro urgente. (D_D4_R8_E3).</p> <p>A depender do critério, mais ou menos um quarto da população é miserável. Isto, é, segundo o critério de renda, abaixo de tal ou qual renda per capita, o cidadão é miserável. (D_D4_R8_E4).</p>
<p>Erradicação da miséria e tecnociência. (D_D6_R9).</p>	<p>A erradicação da miséria fará emergir demandas materiais por bens e serviços com características e em quantidades inusitadas. Satisfazê-las atendendo aos requisitos econômicos, sociais, culturas e ambientais complexos e originais existentes exige mobilização singular do nosso potencial de geração de conhecimento tecnocientífico. (D_D6_R9_E1).</p> <p>É possível identificar dois tipos de bens e serviços relacionados à erradicação da miséria. O mais óbvio é aquele atinente às necessidades básicas – alimentação, moradia, etc, - que para cumprir com o requisito de geração de trabalho e renda, deverão ser produzidos pelos segmentos sociais hoje marginalizados. No segundo tipo estão bens e serviços de natureza pública que o Estado deve proporcionar a todos s brasileiros (incluindo é claro os hoje excluídos). Necessários</p>

	<p>para implementar políticas públicas cujo custo se mostra alto e crescente, eles são hoje adquiridos de empresas privadas. (D_D6_R9_E2).</p> <p>A orientação de uma parte enorme do poder de compra do Estado para empreendedores solidários, formados pelos excluídos da economia formal, aumentará a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas. (D_D6_R9_E3).</p> <p>Dos 33 milhões de inscritos no Bolsa Família, só 18% se beneficia dos empregos formais gerados. (D_D6_R9_E4).</p>
<p>Governo criará 'PAC' para combater a miséria. (D_D7_R10).</p>	<p>Sem prazo para conclusão as ações serão definidas apenas quando o governo estabelecer o conceito de linha da pobreza. (D_D7_R10_E1).</p> <p>No primeiro anúncio de governo, a presidente Dilma Rousseff determina a criação de uma espécie de PAC, para combater a miséria. (D_D7_R10_E2).</p> <p>O novo PAC, segundo a ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social), atuará em três frentes: inclusão produtiva, ampliação dos serviços sociais e a continuação da ampliação da rede de benefícios. (D_D7_R10_E3).</p> <p>Em maio passado, a então presidente Dilma afirmou querer reduzir a pobreza no país. O nosso objetivo é, neste período 2011-2014, erradicar a miséria do Brasil, disse ela à época. (D_D7_R10_E4).</p> <p>Campello disse também que as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família serão ampliadas e reforçou que a intenção é mais do que simplesmente unificar as medidas. (D_D7_R10_E5).</p> <p>Antes de anunciar ações, o governo terá que definir o conceito de linha de pobreza. Só a partir daí será possível calcular o custo do programa e o universo de pessoas a serem atendidas. A ex secretária executiva do Ministério de Desenvolvimento Social, Ana Fonseca, que ajudou a criar o</p>

	Bolsa Família, comandará o Programa. (D_D7_R10_E6).
Mulher, democracia e desenvolvimento. (D_D9_R11).	Assim, a presidente Dilma inaugurou o seu discurso de posse, enfatizando que sua luta mais obstinada será a erradicação da pobreza. (D_D9_R11_E1).
Fazenda sugere que a Dilma que bloqueio chegue a R\$ 50 bi. (D_D14_R12).	A cifra supera o valor congelado de 2010 (R\$ 30 bilhões) e equivale a cerca de quatro orçamentos anuais do Bolsa Família (R\$13,4 bilhões) e também a quatro vezes o que o ministro da Saúde tem disponível para investir em 2011. (D_D14_R12_E1).
Dilma determina corte que deve atingir investimentos. (D_D15_R13).	Dilma disse que anunciará em março o Plano Nacional de Combate a Miséria. (D_D15_R13_E1). Anunciar o plano de erradicação da miséria, com metas. (D_D15_R13_E2).
Todas as mulheres da presidente. (D_D16_R14).	Dilma não alcançou a metade de um terço dos 37 ministérios sob a batuira feminina – são nove ministras entre as quais Helena (Comunicação Social), Mirian Belchior (Planejamento) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social). (D_D16_R14_E1).
Petistas controlam 60% dos cargos do governo federal. (D_D16_R15).	Os petistas também encabeçam as pastas onde é maior o peso dos cargos de confiança na força do trabalho, casos da Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Social. (D_D16_R15_E1).
Desafio antimiséria surge todo dia no caminho de Dilma para o Planalto. (D_D17_R16).	No caminho que a presidente Dilma Rousseff faz de sua residência atual, ela encontra uma realidade que se enquadra em suas promessas de campanha: erradicar a miséria e investir em educação. (D_D17_R16_E1). Os irmãos se inscreveram na faixa da pobreza, com renda per capita menor que R\$140 ao mês, segundo critérios do Bolsa Família. Já Jéssica e sua família já podem ser classificadas como indigentes, com até R\$ 70 mensais). (D_D17_R16_E2). A face mais visível da miséria no caminho de Dilma tem data para acabar. Ela mora no Torto enquanto o Palácio da Alvorada, residência oficial, é preparado para recebê-la, o que deve ocorrer até o fim do mês. (D_D17_R16_E3).
Erradicação da miséria, proposição ousada.	Não sei de qualquer governo nacional que tenha se proposto a erradicar a miséria de seu país em quatro anos de mandato.

(D_D18_R17).	<p data-bbox="943 228 1166 259">(D_D18_R17_E1).</p> <p data-bbox="687 322 1422 533">Apesar de inédita, não lhe falta credibilidade, dado que seu antecessor alcançou redução surpreendente da miséria em seus dois mandatos. Seja como for, a erradicação da miséria exigirá tal empenho da sociedade e do governo que só uma mobilização total de suas melhores forças a tornará realidade.</p> <p data-bbox="943 551 1166 582">(D_D18_R17_E2).</p> <p data-bbox="695 645 1414 808">Miséria é a pobreza tão extrema que suas vítimas frequentemente não sabem quando e nem de onde virá sua próxima refeição, moram no relente, pois não tem trabalho e nem renda regular. (D_D18_R17_E3).</p> <p data-bbox="679 871 1430 1034">Vivem sujeitos ao acaso, como diz o povo “ao Deus dará”. Erradicar a miséria só pode significar transformar a vida dessas pessoas. Não bastará lhes dar dinheiro para que possam adquirir ao menos o essencial para sua sobrevivência.</p> <p data-bbox="684 1052 1425 1171">Para que possam mudar de vida será preciso que se convençam que são capazes de se unir e juntos alcançar pelo trabalho padrões normais de vida. (D_D18_R17_E4).</p> <p data-bbox="679 1234 1430 1352">A maioria dos muito pobres vive em comunidades situadas em bolsões da pobreza, e sua sobrevivência se deve em boa medida porque se ajudam mutuamente. (D_D18_R17_E5).</p> <p data-bbox="692 1415 1422 1579">Deixar a miséria pode representar, para a pessoa abandonar uma normalidade cruel, mas a qual se acostumou, e se separar de companheiros de sina com os quais se sentia protegido. (D_D18_R17_E6).</p> <p data-bbox="695 1641 1417 1722">Para ele a questão crucial pode ser que a alternativa de vida os que querem erradicar a miséria lhe oferecem?</p> <p data-bbox="943 1740 1166 1771">(D_D18_R17_E7).</p> <p data-bbox="692 1834 1422 1915">Erradicar a miséria do ponto de vista de seus beneficiários, é mudar profundamente suas vidas. (D_D18_R17_E8).</p> <p data-bbox="692 1977 1422 2009">Para que aconteça é indispensável que os seus beneficiários</p>
--------------	--

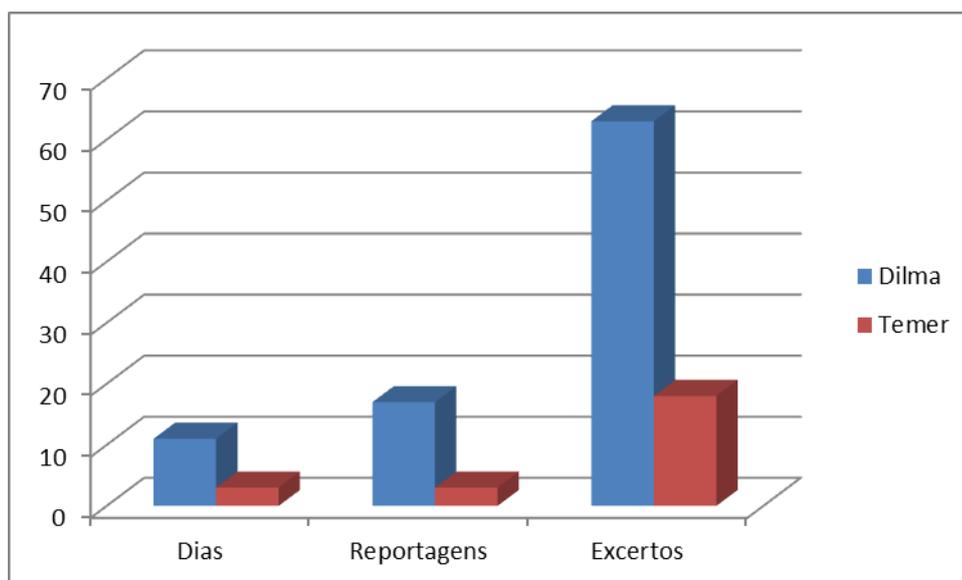
	<p>também sejam seus sujeitos, e não meros objetos, que eles possam optar por projetos que lhes exigirão empenho para conquistar um padrão normal de vida, não apenas para si, mas possivelmente para uma família e uma prole. (D_D18_R17_E9).</p> <p>Nos últimos anos, nós da secretaria Nacional de Economia Solidária participamos diretamente de programas que permitiram ao governo Lula erradicar parte da miséria brasileira: o Fome Zero. (D_D18_R17_E10).</p> <p>Aprendemos que erradicar a pobreza é possível e, se assim o é se torna eticamente necessário. (D_D18_R17_E11).</p>
<p>A incerteza acabou. É hora de unir o país (M_D1_R1).</p>	<p>Ampliação dos Programas Sociais (M_D1_R1_E1).</p> <p>Já ampliamos os programas sociais, aumentamos o valor do Bolsa Família (M_D1_R1_E2).</p>
<p>Primeira-dama, Marcela ganha gabinete no Palácio do Planalto (M_D3_R2).</p>	<p>A primeira-dama ocupará a função de embaixadora do programa social Criança Feliz. (M_D3_R2_E3).</p>
<p>Bolsa Família altera rotina de indígenas na região do Xingu. (M_D4_R3).</p>	<p>Verba de programa tem causado migração para cidade, endividamento e piora na alimentação. (M_D4_R3_E4).</p> <p>Benefício já chega a metade das famílias de índios, que precisam se deslocar durante dias para sacar dinheiro. (M_D4_R3_E5).</p> <p>Leiru, em 2004, um ano após ingressar no Programa Bolsa Família, deixou sua aldeia e se mudou para Canarana (607 Km a leste de Cuiabá). (M_D4_R3_E6).</p> <p>O sustento é assegurado pelo filho adolescente que trabalha numa borracharia, sua renda mensal do Bolsa Família é de R\$300. (M_D4_R3_E7).</p> <p>Assim como Leiru e os filhos, quase metade da população indígena no Brasil participa do principal programa social do</p>

	<p>país. (M _D4_R3_E8).</p> <p>Implantados em terras indígenas de todas as regiões do país sem nenhuma adaptação, o Bolsa Família e outros benefícios com menos abrangência, como a aposentadoria rural e o auxílio maternidade, vem provocando mudanças profundas no modo de vida tradicional. (M _D4_R3_E9).</p> <p>O principal motivo é que esses programas obrigam os beneficiários a se deslocar durante dias até a cidade para sacar o dinheiro no caixa eletrônico e realizar trâmites burocráticos. (M _D4_R3_E10).</p> <p>A família acaba gastando todo o dinheiro com frete muito caro. Paga R\$600 só de ida. Para buscar o benefício acaba se endividando. (M _D4_R3_E11).</p> <p>Um dos impactos mais fortes da entrada do dinheiro dos programas sociais e das visitas à cidade está na alimentação. (M _D4_R3_12).</p> <p>Há três décadas atuando no Xingu, o médico e professor da Unifesp (Universidade Federal de SP) Douglas Rodrigues afirma que o Bolsa Família tem um peso, ainda não medido na aceleração deste processo (Aumento do consumo de açúcar e de alimentos industrializados)., com efeitos devastadores na saúde. (M _D4_R3_E13).</p> <p>Para Rodrigues, a implantação do Bolsa Família em terras indígenas “parte de uma visão equivocada do que é pobre”. (M _D4_R3_E14).</p> <p>Em uma comunidade da etnia waura, os cartões do Bolsa Família ficam com estudantes que moram na cidade e são mantidos pela comunidade. (M _D4_R3_E15).</p> <p>As lideranças indígenas defendem que a solução não é a eliminar o Bolsa Família, mas fazer adaptações, como a implantação de pontos de saque em locais estratégicos do</p>
--	---

	<p>Xingu ou criar programas específicos à realidade local. (M_D4_R3_E16).</p> <p>Lá fora a aplicação desse programa é para tirar a família da miséria. Mas no nosso caso, temos a nossa alimentação: peixe, milho, mandioca. O importante é fazer um programa de incentivo para continuarmos fazendo as roças do nosso modo. (M_D4_R3_E17).</p> <p>O Bolsa Família é fundamental, porque sem ele e os demais programas sociais aumentaria significativamente o número de crianças desnutridas e o índice de mortalidade infantil. (M_D4_R3_E18).</p>
--	--

Frente a pesquisa realizada e com os dados coletados constatou-se que no governo da ex-presidente Dilma houve maior interesse da mídia consultada em divulgar o Programa Bolsa Família. Como demonstra o gráfico abaixo com os dados absolutos.

GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE O GOVERNO DILMA E TEMER



Com relação ao tema principal – Programa Bolsa Família, através do estudo e reflexão do referencial teórico, compreende-se que os representantes ligados a ideologia de Esquerda possuem maior interesse em executar as Políticas Sociais, se comparando aos que correspondem a ideologia de Direita, Dilma e Temer.

4.1 DISCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO GOVERNO DILMA

Percebe-se que a mídia interrogou sobre a possibilidade da erradicação da pobreza no Brasil pela presidente Dilma (D_D1_R2), pois a principal meta desse governo, ao tomar posse da presidência era a diminuição significativa da miséria. Para isso era necessário “garantir às famílias beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social [...] para que as futuras gerações pudessem efetivamente ter condições de superar a pobreza” (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p. 25).

Com a intenção de continuar o trabalho já desenvolvido no governo anterior de erradicação da pobreza, a presidente Dilma inicia seu governo com a pretensão de melhorar a qualidade de vida de 18 milhões de pessoas que se encontram na extrema pobreza (D_D1_R1_E1), à exemplo dos programas consolidados Fome Zero e Bolsa Família.

Ao analisar os excertos D_D1_R2_E1 e D_D1_R2_E5 é possível dizer que a mídia não acreditava na erradicação da pobreza, ao chamar de “propaganda enganosa” e “tosca”. No entanto, além do Programa Bolsa Família.

Outros motivos de grande importância, como o aumento real do valor do salário mínimo e os próprios avanços educacionais ocorridos no país durante esse período, também tiveram grande impacto na redução da pobreza e na inédita queda da desigualdade de rendimentos (Barros et al., 2010a), permitindo que, em 2011, fosse possível vislumbrar a superação da extrema pobreza como uma possibilidade concreta (CAMPELLO, 1993, p 110).

Eliminar a miséria é objetivo ambicioso (D_D4_R7_E1), mas um governo de centro-esquerda que beneficiou os pobres, reduziu seu número pela metade (D_D2_R4_E2), com a urbanização de favelas o Programa Minha Casa Minha Vida

e vários outros programas sociais, fizeram do Governo Lula um exemplo a ser seguido por Dilma.

Ao analisar o texto Erradicar a Miséria D_D4_R7, são necessários esforços de um conjunto de áreas que oferecem serviços públicos no país. Segundo Dilma, seu maior propósito enquanto presidente era a erradicação da pobreza extrema e oferecer oportunidades para toda população. Mas, existe uma discordância com relação da definição de pobreza. Para alguns especialistas ela não deve somente ser medida de acordo com a renda, mas devem ser analisados também fatores como acesso a educação e saúde. Pelo critério de renda no ano de 2011, eram considerados pobres os indivíduos e famílias com renda per capita abaixo de R\$ 140,00 ao mês e indigentes abaixo de R\$70,00 mensais. Dilma explica que é a partir dos Programas Sociais, que as desigualdades serão vencidas. Especialistas completam que esse investimento deve estar aliado ao incremento do mercado de trabalho, com o aumento dos gastos com o Bolsa Família.

O Bolsa Família foi responsável por um terço da queda na desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2004. O mercado de trabalho teria sido o responsável pelos outros dois terços de queda na desigualdade, segundo estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). De acordo com a pesquisa, a desigualdade caiu por ano em média 0,7 ponto percentual do Índice de Gini, coeficiente calculado pela ONU que mostra o grau de desigualdade a partir da renda per capita. (CAMPELLO, 2013, p. 86).

Ao examinar o excerto D_D4_R8_E1, a importância dada a erradicação da pobreza extrema é reafirmada, com isso se confirmam os esforços da então presidente em superar este problema social. Ao evidenciar a Carta de 1988, na qual fundamenta o Sistema de bem estar à vida brasileira, com reconhecimento no INSS, SUS, e a universalização dos direitos sociais.

Um passo importante neste processo foi a Constituição de 1988, que colocou efetivamente a assistência social no campo das políticas públicas, vinculando-a à Previdência Social e à saúde e determinando uma atenção especial do Estado às pessoas, famílias e comunidades mais fragilizadas socialmente. (CAMPELLO, 2013, p. 31).

No ano de 2011, observando o critério de renda, mais ou menos um quarto da população brasileira era considerada miserável, sendo esta uma demanda urgente para o país.

A tendência histórica de concentração de renda e de propriedade no Brasil é um dos principais obstáculos a serem enfrentados. Países com renda per capita similar à brasileira têm 10% de pobres em sua população, enquanto nós estamos na casa dos 30%. Segundo dados oficiais, cerca de 55 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza. Destes, cerca de 22 milhões em indigência. No debate sobre os desafios para a superação deste quadro, a relação entre política econômica e políticas sociais ocupa um lugar central. (CAMPELLO, 2013, p.14).

Com a erradicação da miséria conseqüentemente haverá o aumento da demanda de certos bens e serviços, especialmente no que diz respeito às necessidades básicas, como alimentação e moradia. “Especificamente em relação ao Bolsa Família, as pesquisas indicam o impacto do programa na melhoria da nutrição infantil” (CAMPELLO, 2013, p. 86). Isto indica um aumento do poder de compra desta parcela da população, movimento o comércio brasileiro, produzindo assim, mais empregos.

Sendo que o combate da miséria é uma das maiores promessas de Dilma, a ministra Tereza Campello anuncia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para reunir estratégias visando erradicar e extrema pobreza no Brasil. Este projeto pretendia ampliar a rede de serviços e benefícios sociais já existentes, como oferta de saneamento básico, assim como políticas voltadas a educação e saúde.

Inaugurou-se, assim, uma nova agenda social no Brasil com a unificação, a racionalização e a ampliação de quatro programas sociais já existentes. Em 2003, o mais importante deles – o Bolsa Escola – beneficiava cerca de 5 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 45,00 por família. Hoje, o Bolsa Família beneficia cerca de 11,1 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 107,00 por família. Mas não se trata apenas de transferência de renda. Além da exigência da frequência escolar e da proibição do trabalho infantil, também passou a ser exigida a vacinação das crianças. (CAMPELLO, 2013, p. 36).

Na última reportagem: Erradicação da miséria, proposição ousada, A mídia demonstrou com este texto certa dúvida com relação a esta proposição, pois afirma, que quatro anos de mandato não seriam suficientes para chegar a esta conquista. O jornal também declara que a presidente possui credibilidade para conquistar seu

objetivo, pois teve em Lula, seu antecessor surpreendente redução da miséria em oito anos de mandato. Para os beneficiários, deixar a situação de miséria, muda expressivamente seu modo de vida, pois as famílias muitas vezes precisam abandonar uma normalidade que é cruel, mas está acostumada, e acaba por se distanciar das pessoas e do local ao qual se sentia protegido.

No que diz respeito à ex-presidente Dilma Rousseff, verificou-se que em seu governo, a prioridade da sua gestão tinha como meta a erradicação da miséria e superação da pobreza, através da união de serviços públicos e outros programas sociais.

4.2 DISCUSSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO GOVERNO TEMER

Na posse dos dois presidentes, a Folha de São Paulo publicou seus discursos, enquanto o título da matéria que anuncia Dilma como presidente se intitula: Dilma toma posse e foca na erradicação da miséria, valorizando a importância das Políticas Sociais. A matéria que apresenta Michel Temer se intitula: A incerteza acabou. É hora de unir o país. Realçando que este presidente focou em seu discurso com mais relevância em outros temas, que não as Políticas Sociais.

Na segunda reportagem do atual presidente, veiculada pela Folha de São Paulo Digital, que faz menção ao Programa Bolsa Família, encontramos o título “Primeira Dama, Marcela ganha gabinete no Palácio do Planalto”. Nesta reportagem, o jornal explica que a esposa do presidente ocupará a função de embaixadora do Programa Social Criança Feliz, ela estará a frente do projeto como promotora e viabilizadora. No Brasil, o papel de primeira dama sempre teve uma grande tradição, por conta disto tem se uma ampla crítica de profissionais da área social, que discordam da atuação de primeiras damas neste setor. Pois desta forma as Políticas de Assistência passam a ter um caráter de benesse, ao invés de um direito. Por meio desta iniciativa, pode-se observar que mesmo não possuindo formação na área, Marcela ocupará um cargo muito importante, trazendo de volta o “primeiro damismo”.

A terceira e última reportagem do mês escolhido para esta pesquisa, denomina-se “Bolsa Família altera a rotina de indígenas na região do Xingu”. Este texto carrega em seu corpo duras críticas ao Programa, na região onde foi realizada.

O texto demonstra as dificuldades vivenciadas pelas famílias desta região, considerando somente os pontos desfavoráveis experimentados por esta população. Ressalta que o dinheiro recebido endivida os índios e causa migração deles para a cidade.

No tocante ao atual presidente do Brasil, Michel Temer, constatou-se que este tem outras prioridades para sua gestão que não as Políticas Sociais. Faz referência ao Programa Bolsa Família em seu discurso e em seu planejamento, mas seu enfoque principal não está nesta temática.

Após análise das reportagens pesquisadas, serão expostas algumas considerações finais acerca de temática desenvolvida neste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi apresentar um estudo sobre a veiculação das informações pela mídia digital Folha de São Paulo sobre o Programa Bolsa Família antes e depois do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, levando-se em conta a situação atual do país, que possuía no poder um Governo de Esquerda diferente do Governo atual, que possui uma visão de direita.

O aporte teórico utilizado foi a apresentação do Programa Bolsa Família, assim como as leis que o rege, sendo o PBF voltado ao enfrentamento da pobreza, visando garantir as famílias o acesso aos direitos sociais. Atualmente atende 13,9 milhões de famílias no país para que superem sua situação de vulnerabilidade.

Para compreender as diferenças de ideologias entre os presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer, buscou-se sustentação em Bobbio, para que assim se pudesse compreender as distinções das ações políticas com relação aos programas sociais de cada um desses representantes.

Por meio das análises constatou-se a disparidade deste veículo de comunicação ao tratar as notícias sobre o programa Bolsa Família. Primeiramente através da quantidade de notícias de cada período, verificou-se um número superior de reportagens no mandato de Dilma Rousseff em comparação ao de Michel Temer.

Nas investigações nos textos de Dilma, foi possível constatar o desejo de continuação e ampliação do Programa Bolsa Família, apontada como prioridade pela então presidente, e reforçada pela equipe técnica escolhida no seu governo.

Diferentemente de Temer, o presidente atual, o qual nomeou sua esposa Marcela Temer, para o cargo de embaixadora do Programa Social Criança Feliz, mesmo sem ter formação técnica na área social. Marcela foi designada para estar à frente do projeto, trazendo novamente a atuação da primeira-dama à área social, como promotora do projeto de forma voluntária, ou seja, sem receber salário, carrega para as políticas sociais no Brasil, aquele estereótipo de benesse, tão combatido pelos profissionais da área que lutam pela garantia dos direitos sociais dos cidadãos.

É importante destacar que a mídia deu diferente importância ao Programa nesses dois momentos da história do país, comprovado através da quantidade de notícias acerca deste tema veiculadas em cada período, demonstrada através do Gráfico 1. Pois as notícias no governo Dilma, se apresentaram numa quantidade expressivamente maior do que no Governo atual do presidente Michel Temer. O resultado desta pesquisa comprovou através da comparação entre os momentos pesquisados, as visões opostas de cada governante.

REFERÊNCIAS

AMARAL. D. Aline. **Manual do Entrevistador. Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília/DF. 2010.

_____. Associação Nacional de Jornais. ANJ. <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Brasília – DF. Acesso em: 09 de maio de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CAMPELLO, Tereza H. G. B. NERI, Marcelo Côrtez. **Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília – DF. Ipea, 2013.

GIL. A. C. **Métodos e técnicas na pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Caixa Econômica Federal. **Bolsa Família**.
<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>.
Brasília – DF. Acesso em 12 de agosto de 2016 .

_____. Lei ordinária nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm. Acesso em 30 de agosto de 2016.

MDS – **Cadastro Único**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Acesso em julho de 2016.

MDS. **Média complexidade, Peti integração Bolsa Família**.
http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia. Acesso em 02 de julho de 2016.